

2 Arcabouço teórico

2.1 Pressupostos teóricos do sócio-cognitivismo

Nosso estudo lança mão dos pressupostos sócio-cognitivistas para tratar da construção do sentido no discurso de editoriais por considerar que esta linha de pensamento aproxima linguagem, contexto, pragmática e cognição, abordando antigos problemas de difícil solução. As escolas de pensamento lingüístico de filosofia objetivista tendem a excluir do centro das pesquisas as questões consideradas por elas como periféricas, as famosas exceções (como por exemplo, as metáforas e outras estruturas tradicionalmente consideradas figurativas). Com isso, colocam seu foco de atenção nas regularidades com base em raciocínio lógico e dispensam aspectos que podem contribuir para a compreensão das chamadas exceções, tais como o contexto, a interação, a observação do fenômeno lingüístico no discurso e a implicação do sujeito como participante do processo de construção de sentido, entre outros. Buscamos uma abordagem teórica que não se isentasse de observar estas questões.

A abordagem sócio-cognitivista traz a experiência e a percepção humana para o centro da discussão filosófica da linguagem, combinando princípios do racionalismo e do empiricismo. Tem como pressuposto básico que a linguagem é um sistema cognitivo influenciado por outros sistemas e é, assim, não-autônoma. O sócio-cognitivismo surge, então, como uma vertente dentro da escola lingüística funcionalista que não estabelece fronteiras rígidas entre os níveis de descrição lingüísticos, isto é, entre sintaxe, pragmática, semântica, fonologia e morfologia.

Uma de suas teses principais defende que a linguagem é uma estrutura conceptual delineada em termos de *gestalts* experienciais, onde há uma recorrência de padrões experienciais projetados na estrutura das línguas. Por exemplo, a experiência humana da existência como uma TRAJETÓRIA que tem um ponto de partida, um percurso e um fim pode ser observada na linguagem. Esta experiência tipicamente humana projeta-se na linguagem através de metáforas (Lakoff e Johnson, 1980), como a metáfora “o amor é uma viagem”.

Diversas expressões lingüísticas expressam a experiência humana da vida, e por projeção cognitiva, do amor como uma trajetória com começo, meio e fim. Quando dizemos frases como “nosso relacionamento chegou a um beco sem saída”, “decidimos seguir caminhos diferentes”, “vamos continuar juntos”, “ele pediu um tempo, mas vamos voltar”, estamos projetando na linguagem a experiência humana da existência, através da metáfora “o amor é uma viagem”. Ou seja, projetamos nossa própria percepção de que certas experiências são como a vida: uma TRAJETÓRIA com começo, meio e fim.

Chiavegatto (2002: 138) ilustra esta visão, afirmando que percebemos, nas entidades que se correspondem através de domínios, os aspectos semelhantes, os traços relativos a experiências concretas que possam representar as abstrações que desejamos representar. Como exemplo, a autora apresenta as seguintes orações: (a) “Dei as costas para a sorte” e (b) “Encare de frente os obstáculos”. Segundo ela, em (a) “estamos ativando conhecimentos calcados em experiências corporais de que, a nossas costas, ficam os lugares pelos quais já passamos, os caminhos que deixamos para trás: o passado, o desconsiderado” e em (b), “ao contrário, representamos como estando a nossa frente as coisas que podemos ver: lá representamos os caminhos que ainda temos por trilhar, as coisas que imaginamos que estão a nossa espera em um ponto do futuro” (Chiavegatto, 2002: 139).

Segundo esta visão, originalmente proposta por Lakoff e Johnson (1980) e Lakoff (1987), o corpo passa a ser visto como elemento primeiro no processo de projeção cognitiva entre experiências sociais e sensório-motoras e a linguagem. A linguagem é construída refletindo os limites deste corpo e a capacidade do homem de projetar idéias e conceitos é o que permite que o aparato cognitivo humano seja projetado na linguagem. Segundo Turner (1996: 14), “o ser humano possui a capacidade de construir pequenas histórias, ao invés de experiências caóticas”⁵, que “apesar de serem construtos inventivos da mente humana, não são opcionais. A biologia necessária e a experiência necessária de qualquer criança normal produzem inevitavelmente na criança uma capacidade de construir histórias”⁶. Ou seja, assim como não escolhemos se queremos ter a capacidade visual ou auditiva,

⁵ Texto original: “These small stories are what a human being has instead of chaotic experience. (...) But although these small spatial stories are inventive constructions of the human mind, they are not optional. The necessary biology and the necessary experience of any normal human infant inevitably produce a capacity for story in the infant”.

por exemplo, também não temos a possibilidade de optar se vamos querer projetar nossas experiências lingüisticamente na construção de histórias. A capacidade do homem de construí-las é, segundo Turner (1996), inata e autônoma, e a base do sistema cognitivo que inclui a linguagem. A faculdade imaginativa do homem, então, caracteriza-se pela construção de espaços de referência que se mesclam e se relacionam, permitindo uma criatividade lingüística infinita através da qual o homem constrói a si mesmo.

Quando um esquema imagético, isto é, “um padrão recorrente em nossas experiências sensório-motoras” (Turner, 1996: 16), é acionado – como, por exemplo, o esquema imagético TRAJETÓRIA –, serve para reconhecermos uma série de situações e atividades estruturadas por este esquema, tais como o movimento de uma pessoa, uma mão que se estende em sua direção, entre outras. Estas experiências sensório-motoras são projetadas na linguagem, em esquemas como “através”, “para dentro” ou “para fora”, por exemplo. Ou seja, inúmeras noções abstratas tornam-se passíveis de representação por meio de experiências concretas que se projetam entre dois domínios cognitivos distintos.

O paradigma filosófico que permeia esta linha de pesquisa lingüística é denominado **realismo experiencialista**, isto é, uma perspectiva que “vê a linguagem como parte da cognição geral. Um dos princípios básicos do realismo experiencialista e da lingüística cognitiva é que a linguagem não é uma representação de uma realidade objetivamente existente, mas de uma realidade como percebida e experienciada pelos seres humanos. O significado lingüístico surge de nossas capacidades biológicas e experiências físicas e socioculturais enquanto seres em funcionamento em nosso meio ambiente” (Marmaridou, 2000:4).

A inclusão do sujeito como peça-chave no complexo processo da construção da significação aponta para a noção de **perspectivação** (Langacker, 1991), segundo a qual o ponto de vista do participante da interação compromete e interfere neste processo. A perspectiva passa a ser vista como elemento estratégico no processo de co-construção do sentido, onde o sujeito produtor do discurso é não-estático. Ele age na cena comunicativa. No caso dos editoriais, este aspecto torna-se especialmente relevante, considerando-se os aspectos contextuais

⁶ Todas as citações retiradas de obras em língua estrangeira foram traduzidas livremente por mim para o português e são de minha responsabilidade.

e pragmáticos que interferem na construção deste gênero discursivo. Através da análise da orientação discursiva – isto é, a perspectiva pragmática segundo a qual o discurso é construído – percebemos que o ponto de vista assume papel central no jogo de crenças, opiniões e fatos.

Precisamos então lançar mão de uma abordagem que não distinguisse conhecimento lingüístico e conhecimento de mundo, entre linguagem literal e figurativa. Em outras palavras, um arcabouço no qual a estrutura semântica refletisse as categorias mentais que os indivíduos constroem a partir de suas experiências, de seu aparato sensorio-motor, suas características biológicas e seu desenvolvimento no mundo enquanto ser sócio-histórico.

Segundo Salomão (1999: 12), as semânticas construcionistas postulam “a linguagem como operadora da conceptualização socialmente localizada através da atuação de um sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no fluxo interativo”. Esta afirmativa nos leva ao pressuposto básico da hipótese sócio-cognitivista, isto é, que “o sinal lingüístico (em concomitância com outros sinais) guia o processo de significação diretamente no contexto de uso. Pela sua ênfase equilibrada em todas as fontes de conhecimento disponíveis (gramática, esquemas conceptuais, molduras comunicativas)”, esta hipótese foi denominada por Salomão de sócio-cognitivista (Salomão, 1999: 12), sendo na literatura internacional referida como Lingüística Cognitiva.

Esta abordagem investigativa tem como principais referências os nomes de Lakoff (1987), Lakoff e Johnson (1980), Langacker (1991), Turner (1996), Fauconnier (1994, 1997) e Taylor (1989). No Brasil, cabe destacar os estudos desenvolvidos por Salomão (1997, 1999a e 1999b) e seu grupo – Chiavegatto (1998, 1999, 2002), Ferrari (1999), Barbosa Guedes (1999) e Miranda (1999) –, assim como por Saliés (1997, 2001, 2004).

Numa tentativa de contribuir para a literatura sócio-cognitivista, que vê a linguagem como um processo de construção cognitivo que se dá discursivamente, dentro de contexto e em função de seu produtor discursivo, nosso estudo lança mão de seus pressupostos e, especificamente, da teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1994), para investigar qual é o papel das orações subordinadas substantivas no discurso de editoriais jornalísticos através de uma pesquisa de corpus.

2.2 A teoria dos espaços mentais

A descrição da teoria dos espaços mentais (Fauconnier 1994, 1997) demanda a definição prévia de certos conceitos elaborados pelo sócio-cognitivismo, tais como domínios conceptuais, molduras comunicativas, esquemas genéricos e modelos cognitivos idealizados (MCIs). Considerando que a teoria dos espaços mentais de Fauconnier consiste em um dos principais recursos teóricos de nosso estudo, após definirmos tais conceitos descreveremos as noções de papel, valor, o Princípio da Identificação ou do Acesso, que dá suporte à teoria, além dos próprios espaços mentais e seus introdutores. Por fim, definiremos o conceito de perspectivação, ou ponto de vista (Langacker, 1991; Fauconnier, 1994), de mesclagem, e sua relação com os espaços mentais.

Os **domínios conceptuais** são espaços de referenciação que podem ser de natureza local ou estável. Os domínios estáveis subdividem-se em MCIs, molduras comunicativas e esquemas genéricos e constituem-se em conhecimentos prévios que, integrados, estruturam os domínios locais, isto é, os espaços mentais. Com base em Lakoff (1987), Miranda (1999: 83) afirma que os **MCIs** “são conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis. Têm esses conhecimentos papel crucial na cognição humana, qual seja, o de possibilitar o domínio, a lembrança e o uso de um vasto conjunto de conhecimentos adquiridos na vida diária”. Ou seja, são eles que ativam as ideologias, as crenças e a cultura que emolduram o contexto situacional-discursivo da interação. Ao fazê-lo, permitem que o implícito e o figurado sejam elaborados no discurso, sem que para isso seja necessário utilizar-se o signo lingüístico. É a pragmática emergindo através dos modelos acionados na interação. Segundo ela, os Modelos Cognitivos Idealizados são ativados para estruturar uma situação comunicativa específica, possibilitando que diversos espaços de referenciação sejam articulados. Salomão (1999: 71) adota a mesma definição e diz que “o MCI da interação é um conhecimento consensualizado”. Para ilustrar a definição de MCI, reporto-me ao exemplo (1) pinçado de um editorial do corpus do estudo, intitulado “Dedo no gatilho” (18/03/03, Jornal O Globo):

- (1) Nas últimas horas todos se perguntam, angustiados, se ainda é possível evitar a guerra. A probabilidade de uma solução pacífica

é cada vez menor — como os prazos dados pelo presidente George Bush. Depois de uma rápida reunião com o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair, e o presidente do governo da Espanha, José Maria Aznar, o presidente americano fechou a porta à diplomacia. Diz ele que não há mais tempo a perder, o que só pode significar que já se decidiu pelo uso da força.

Primeiramente, o título do editorial já anuncia um MCI específico, situando o discurso dentro de um domínio de referência pragmaticamente compartilhado: o MCI dos combates armados, do faroeste. Com o desenrolar do primeiro parágrafo, são acionados mais três MCIs: o MCI da guerra, o MCI da paz e o MCI dos sistemas políticos de governo. A figura 1 ilustra estes MCIs:

Figura 1 – Modelos Cognitivos Idealizados que estruturam o exemplo 1

MCI 1 – Faroeste	MCI 2 – Guerra	MCI 3 – Paz	MCI 4 – Sistemas de governo
<ul style="list-style-type: none"> - Dedo no gatilho 	<ul style="list-style-type: none"> - Fechou a porta à diplomacia - Já se decidiu pelo uso da força 	<ul style="list-style-type: none"> - Solução pacífica - Prazos dados - Reunião com chefes de estado 	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente George Bush - Primeiro-ministro da Grã-Bretanha - Presidente do governo da Espanha

Em suma, podemos pensar que os **MCIs** são modelos de uma realidade construída pelos indivíduos que estruturam o gerenciamento do processo de referência. Para explicar o que é um MCI, Lakoff (1987: 68) apresenta o seguinte exemplo. Ele afirma que a palavra “terça-feira” (em inglês, *tuesday*) somente pode ser definida em relação a um modelo idealizado que inclui o ciclo da natureza definido pelo movimento do sol, o modo padrão de se caracterizar o início e o fim de um dia e o início de outro, e um ciclo maior de sete dias (a semana). Segundo ele, nosso modelo de semana é idealizado, culturalmente e socialmente construído.

Sendo assim, pensamos que o acionamento dos MCIs seja um processo cognitivo importante para a investigação do jogo de crenças, opiniões e fatos nos editoriais. Eles emolduram a situação discursiva localizando ideologicamente a perspectiva do sujeito que age na cena comunicativa e o processo de significação, e estruturam os espaços mentais que se proliferam dinâmica e localmente ao longo

do discurso. Isto é, os MCIs emolduram os espaços mentais que vão sendo ativados, permitindo que o sentido seja construído coerentemente.

O segundo tipo de domínio estável são as **molduras comunicativas**, que são modos de se fazer alguma coisa e que estabelecem enquadres diversos: de brincadeira, drama, confissão, de sala de aula, de instituição jornalística, entre outros. Segundo Miranda (1999: 84), “são conhecimentos operativos configurados no evento. Incluem identidades, papéis sociais, agenda do encontro, alinhamento, permitindo a identificação do que está sendo posto em movimento na interação”. No caso do exemplo (1), trata-se de um editorial jornalístico, institucional, produzido por um jornalista que ecoa a voz da editoria do jornal. Este jornalista determina o ponto de vista discursivo, escolhendo o que vai escrever, sobre quem, como, para quem..., dentro de uma estrutura argumentativa. Estes aspectos determinam a cena na qual a interação se desenrola.

Para enfatizar o papel das molduras comunicativas na construção da significação e nas relações de correspondência entre espaços mentais, Fauconnier e Turner (1995, apud Fauconnier, 1997: 157) apresentam um exemplo de mesclagem de espaços onde um professor de filosofia estabelece um debate com Kant. Na realidade, Kant e o tal professor jamais se encontram, a não ser no espaço mescla projetado no discurso, onde há contrapartes das duas entidades. Segundo os autores, “a mescla recruta a moldura de debate, enquadrando Kant e o filósofo moderno em um debate simultâneo, como se estivessem mutuamente conscientes de seus papéis de debatedores, usando uma linguagem única para falar de um tópico reconhecido. A moldura de debate projeta-se facilmente na mescla, através de completamento de padrões, já que grande parte de sua estrutura já existe nos dois espaços-fonte. A moldura de debate traz consigo expressões convencionais, disponíveis para nosso uso”. Ainda segundo eles, “a Moldura de Debate estrutura a mescla e é refletida pela sintaxe e pelo vocabulário do professor”.

O terceiro tipo de domínio conceptual estável são os **esquemas genéricos**, que consistem em esquemas conceptuais de natureza mais ampla, global e abstrata, advindos de expectativas fortemente definidas. No exemplo (1), o MCI de faroeste evoca esquemas de faroeste na sociedade americana, o MCI da guerra, esquemas de guerra em nível mundial, envolvendo todos os países, ou esquemas de uma guerra localizada, que envolvesse apenas os países do primeiro mundo.

Ou seja, os esquemas genéricos são evocados em função das expectativas suscitadas pelo discurso e motivadas pelo contexto. Segundo Barbosa Guedes (1999), as estruturas pertencentes aos domínios de natureza estável organizam todo o conhecimento prévio dos interlocutores e, “apesar de conterem diferenças, são essencialmente estruturas cognitivas de ‘expectativa’ que levam os indivíduos a organizar seus conhecimentos”.

Para falar dos domínios conceptuais locais, isto é, dos **Espaços Mentais** e de seus componentes lingüísticos e pragmáticos, tais como os **introdutores de espaços mentais (IE)**, os **papéis** e os **valores**, buscamos respaldo em Fauconnier (1994, 1997). Segundo ele (1994: xvii-xviii), “os espaços mentais constituem uma parte significativa do que está ocorrendo nos bastidores, por trás das cenas, no pano de fundo cognitivo da linguagem cotidiana e do raciocínio de senso comum. Os princípios que regem as operações são intrinsecamente simples e gerais. Aparentemente eles são universais para todas as línguas e culturas”. Segundo ele, “a gramática seria o vínculo visível entre a misteriosa cognição dos bastidores e o comportamento aparentemente superficial dos organismos humanos pensantes”. A linguagem seria, assim, “construída de modo a nos habilitar a criar as construções apropriadas para um dado contexto com o mínimo necessário de estrutura gramatical”. Complementando as idéias de Fauconnier, Turner (1991:206, apud. Fauconnier 1994: xxii), diz que “as expressões não têm significado; elas são pistas (*prompts*, em inglês) para depois construirmos sentido através de processos que já conhecemos”, ou seja, “a linguagem não contém sentido, ela é um guia para ele”.

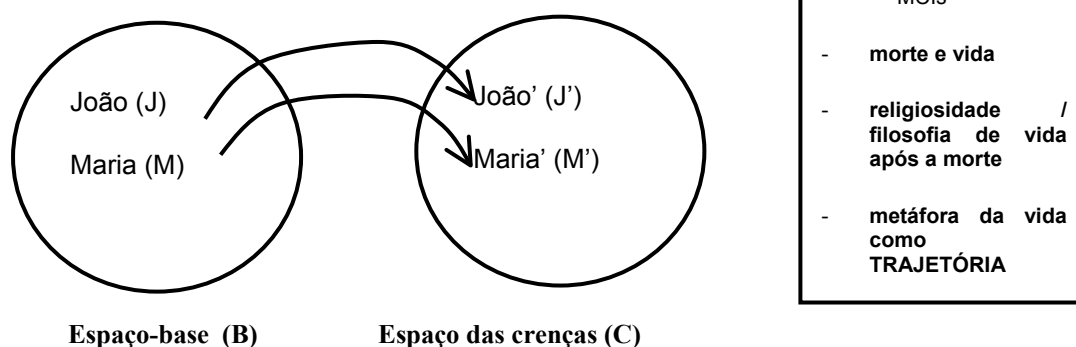
Para Fauconnier (1994; 1997), as expressões lingüísticas que nos permitem realizar este tipo de inferência são os **introdutores de espaços mentais (IE)**. Segundo ele (1994: 17), “são expressões que podem estabelecer um novo espaço ou referir-se a um espaço já introduzido no discurso”. Podem ser sintagmas preposicionados, advérbios, conectivos e verbos de natureza subjetiva (João acredita..., Maria espera..., Paulo deseja...). No exemplo (2),

(2) João pensa que Maria se foi desta para melhor.

O sintagma “João pensa” é um introdutor de um espaço mental C (das crenças) que se encontra conectado ao espaço-base B (da realidade

cognitivamente apreendida). A figura 2 mostra como os argumentos do verbo pensar estão subordinados ao espaço base B, no momento da enunciação, o espaço do aqui e agora da enunciação. As expressões lingüísticas factuais presentes no espaço C trazem informações provenientes de domínios cognitivos diferentes, aqui acionados pelo verbo e introdutor de espaços mentais “pensar”. Ele aponta para uma crença específica de uma entidade, que não necessariamente é compartilhada pelos interlocutores, mas que é ativada como parte de vários modelos cognitivos que norteiam o processo de referenciação permitindo que o sentido seja construído a partir deles e de outros fatores contextuais e pragmáticos presentes na interação.

Figura 2 – Projeções entre espaços mentais



Com base no contexto discursivo e situacional, os significados vão sendo construídos através de uma rede de espaços mentais, onde opera um sistema de referenciação entre domínios cognitivos que é responsável pela compreensão e produção dos significados. Quando um introdutor de espaços mentais é inserido no discurso, tem como função cognitiva estabelecer a conexão entre diferentes espaços de referenciação onde crenças, ideologias, conhecimentos de mundo e memórias experienciais transitam livremente e se projetam no discurso, através das pistas lingüísticas, isto é, da linguagem.

Segundo Chiavegatto (1999: 5), “como elos (*links*) entre espaços mentais, os introdutores atuam integrando o nível das construções gramaticais (sintático e semântico) ao pragmático: a partir da sua adequada interpretação, ouvintes/leitores são conduzidos, econômica e naturalmente, a moverem-se através de distintos espaços de referenciação”. Nestes espaços de referenciação são recuperadas e acionadas as diversas ideologias, crenças e conhecimentos que

estarão sendo expressados na linguagem, como se apenas ganhassem vida no discurso.

Os espaços mentais ativados por IEs se conectam entre si e possuem partes e contrapartes. Através do que Fauconnier chama de **Princípio de Identificação ou de Acesso**, a projeção de um domínio sobre outro é feita pelos introdutores de espaços mentais, estabelecendo correspondências entre as partes e contrapartes. Ou seja, entidades de espaços diferentes se identificam, pois possuem funções que operam em dois ou mais domínios distintos, possibilitando a projeção de diferentes domínios cognitivos, modelos e esquemas, e a conseqüente construção de um novo significado. Por exemplo, em “Max acredita que Susan odeia Harry” (exemplo extraído de Fauconnier, 1994: 17), a expressão “Max acredita” é um introdutor de espaço mental epistêmico onde as crenças de Max são apresentadas. Esta expressão abre um novo espaço de referenciação onde haverá uma contraparte de Max (M’) com crenças. Segundo Fauconnier (1994: 152), os espaços “não são representações da realidade ou de ‘mundos possíveis’ parciais. Particularmente um espaço de crença (‘Max acredita ___’) não é uma crença ou estado de crença; no máximo, é uma maneira de se falar das crenças”, ou de representá-las.

Segundo Miranda (1999: 86), os espaços mentais “são produzidos como funções da expressão lingüística que os suscita e do contexto que os configura. Externamente, esses domínios são ligados uns aos outros pelos Introdutores de Espaços Mentais (IE)). Internamente, são estruturados por domínios estáveis”. Assim, dependendo da relação que for estabelecida no discurso entre as entidades discursivas, isto é, do **papel** e do **valor** que a elas forem atribuídos, elas podem assumir em um espaço C valores previamente estabelecidos em um espaço-base B, pelos MCIs ou molduras comunicativas (funções pragmáticas). Isto ocorre devido à **projeção** de valores operantes no espaço-base B para o espaço C.

Fundamentais para a compreensão do gerenciamento deste processo de referenciação estruturado a partir de domínios locais e estáveis são os conceitos de **Projeção** e **Perspectivação**. As projeções permitem que domínios diversos contenham propriedades, molduras ou estruturas que são, de certa forma idênticas, através da atribuição de papéis e valores correspondentes. Elas podem ser projeções de domínios conceptuais estruturados (MCIs), projeções de funções pragmáticas e projeções de esquema. As **projeções de esquema** e de **função**

pragmática serão o foco de nosso estudo. Elas operam, segundo Miranda (1999: 89), “quando um esquema geral (abstrato) é usado para estruturar uma situação no contexto. Construções gramaticais e lexicais evocam tais esquemas” (cf. Fauconnier, 1994). Neste estudo, investigaremos os espaços mentais que se desdobram e se mesclam nas orações subordinadas substantivas, construções tipicamente encontradas nos editoriais jornalísticos que compõem o corpus deste estudo. Estes EMs se correspondem via **contexto pragmático** – a orientação discursiva do jornal; o ponto de vista do produtor do discurso; o modelo cultural e ideológico; as crenças – e são introduzidos por esquemas imagéticos e expressões epistêmicas – “penso”, “acredito”, “parece”, “é possível”, “é bom”. Neles, **projeções** entre domínios B (realidade apreendida) e C (crenças; contexto pragmático), como exemplificado em (2), parecem gerar efeitos semânticos que levam crenças e opiniões a serem processadas como “verdades”. São essas as hipóteses que queremos investigar.

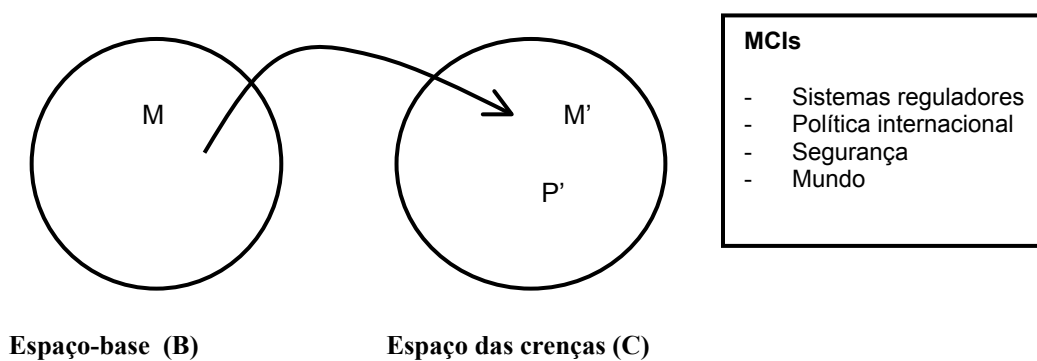
O processo de **perspectivação** também parece ser responsável por este efeito. Segundo Langacker (1991), é o sujeito que define o ângulo, o campo de visão discursivo, podendo, inclusive, mesclar-se com ele. É o sujeito quem define o que ficará saliente e o que ficará em segundo plano, o que é figura (informação no foco de atenção) e o que é fundo (informação difusa). A perspectiva do sujeito é considerada por ele mais um dos artifícios segundo o qual o sentido é discursivamente construído. Segundo Langacker (1991: 316) a noção de perspectivação inclui o seguinte aspecto: “o grau de ‘subjatividade’ ou de ‘objetividade’ com que o conceptualizador constrói uma entidade ou situação particular”. O autor define tecnicamente subjatividade e objetividade através de um exemplo **perceptual**. Ele afirma que quando um indivíduo vê através de óculos, sua visão dos óculos é subjetiva, já que este pode ser percebido quase como uma extensão do próprio indivíduo. Quando ele retira os óculos, passa a enxergá-lo de forma objetiva, percebendo-o como algo alheio a seu próprio aparato físico. O mesmo pode ser atribuído ao processo de significação, ou seja, a perspectiva do conceptualizador pode estar mais próxima ou mais distante dos pólos de subjatividade e de objetividade. A perspectivação passa a ser considerada como parte do processo de construção da significação, através do qual o sujeito cria suas próprias “verdades” em função da perspectiva em que se encontra.

O exemplo (3), extraído do corpus, ilustra o funcionamento do Princípio de Identificação e das noções de projeção, perspectivação, papel e valor:

(3) O Mundo deixou claro que não quer uma polícia para o Mundo.

A oração principal “O Mundo deixou claro” opera como introdutor de espaço mental (IE). Nos espaços mentais ativados, as entidades discursivas ganham papéis e funções através de projeções, correspondências que ocorrem entre tais espaços. Assim, temos um espaço-base B (da realidade cognitivamente apreendida) e um espaço crença construído C (da crença e dos desejos do produtor do discurso). O espaço C foi ativado pelo IE SN + epistêmico “o Mundo deixou claro”. Nele, encontra-se em operação uma crença do produtor do discurso que tem correspondências com o espaço B da realidade apreendida, já que enuncia sua perspectiva. A figura 3 demonstra como se dá este tipo de projeção entre domínios:

Figura 3 – Projeções entre espaços mentais



No domínio base da figura 3 há uma entidade M, representando o mundo, com uma função que assume um valor x. No espaço das crenças esta entidade recebe um valor diferente, de um mundo que não quer uma polícia para si. No espaço C, das crenças, há uma nova entidade P' inexistente no espaço-base B, que tem o valor de EUA, a entidade que no contexto está tomando para si o papel de “polícia do mundo”.

Cabe aqui introduzir o conceito de **mescla**. O conceito de mescla (*blending*, em inglês) é definido por Fauconnier (1997) como o espaço que “herda estruturas parciais dos espaços fonte e que possui uma estrutura emergente própria” (Fauconnier, 1997: 149).⁷ Então, o espaço **mescla** surge a partir da composição de elementos provenientes de um espaço genérico, dos MCIs ativos e dos espaços mentais locais (em nosso estudo, enfocamos o espaço da realidade apreendida, chamado de espaço-base (B) e o das crenças do produtor do discurso).

A partir de Fauconnier (1994, 1997), Salomão (1999a) define **mesclagem** como um “processo de conexão de domínios conceptuais-fonte (modelos cognitivos mais estáveis ou espaços mentais localmente sustentados), cuja estrutura é parcialmente projetada no espaço mescla imaginado, cuja postulação visa iluminar os domínios originários, ativáveis ao longo de toda a projeção da mescla” (Salomão, 1999a: 53). Assim sendo, o processo de mesclagem caracteriza-se pela integração de pelo menos quatro domínios conceptuais distintos: dois domínios fonte, um esquema genérico relacionando-os e o espaço mescla resultante. A autora destaca pontos importantes relacionados ao conceito de mescla, a saber:

1. É na mescla que as contrapartes estabelecem conexões: “eventualmente estas contrapartes poderiam ser fundidas na mescla” (Salomão, 1999a: 55);
2. Muitas vezes, os domínios fontes podem estar organizados em termos de esquemas imagéticos, concebidos no espaço genérico;
3. A mescla permite que eventos ocorridos nos diferentes domínios-fonte sejam integrados dentro de um único enquadre;
4. “A estrutura emergente na mescla aparece como conhecimento novo” (Salomão, 1999a: 56);

Além disso, a autora afirma que as mesclagens possibilitam “saltos abdutivos de raciocínio, (...) condição imprescindível para a geração de conhecimento novo” (Salomão, 1999a: 56) e que os espaços mescla originam-se a partir de três mecanismos distintos: composição, completamento e elaboração. Por **composição** entende-se que o que ocorre é apenas uma apropriação pelo espaço mescla da estrutura dos espaços fonte; por **completamento** entende-se que o EM-

⁷ Texto original: “The blend inherits partial structure from the input spaces and has emergent structure of its own”.

mescla retém estruturas dos domínios-fonte e de outros domínios, tais como o espaço genérico e outros modelos cognitivos ativados; por **elaboração** entende-se que o EM-mescla pode gerar integrações com outros domínios que podem também gerar conexões com os domínios-fonte. Em sua discussão, a autora conclui definindo significação como um fenômeno processual caracterizado pela integração conceptual de diferentes domínios cognitivos, ou seja, de domínios mescla.

Nossa pesquisa, que tem como objetivo geral demonstrar os processos psico-pragmáticos⁸ que levam ao saber intuitivo que editoriais fazem mais do que emitir uma opinião, e como objetivo específico, entender o papel das orações subordinadas substantivas, vê no conceito de mescla uma ferramenta promissora de análise, já que, segundo Fauconnier (1997: 157), “uma vez que a mescla encontra-se estabelecida, podemos operar cognitivamente dentro deste espaço, o que nos permite manipular os diversos eventos como se fossem uma unidade integrada”. A proposta de Fauconnier apresenta a hipótese de que a mescla é um espaço flexível e propício para a projeção de crenças como se estas fossem fatos. Além disso, Fauconnier (1997: 181) afirma que “a construção da mescla “certa” depende amplamente do contexto e do conhecimento de pano de fundo disponível”. Ou seja, os elementos pragmáticos – em nosso estudo, mais especificamente a orientação discursiva – emergem como elementos fundamentais para o desencadeamento e o compartilhamento da mescla.

O conceito de mescla vem sendo utilizado por diversos estudiosos na área para dar conta de diferentes fenômenos. A saber, Barbosa Guedes (1999) estuda a influência do desenvolvimento de estratégias de leitura na produção de um resumo com base em um texto em português. Miranda (1999) discorre sobre a hipótese sócio-cognitiva formulada por Salomão (1997, 1998, 1999) procurando explicitar e integralizar os parâmetros do Modelo dos Espaços Mentais. Por sua vez, Ferrari (1999) aborda as construções condicionais sob o prisma do Modelo dos Espaços Mentais com ênfase no conceito de mesclagem e com foco na interação conversacional. Seu intuito é contribuir para uma compreensão da gramática como um modo de interação social. Já Salomão (1999a) aborda o processo cognitivo da mesclagem na análise lingüística do discurso, em um projeto que analisa qualitativamente um corpus produzido em sessões de discussão gravado durante

um projeto de formação de professores. De modo global, o projeto visa a estudar as condições de geração das formas e de suas significações, utilizando como recurso teórico a hipótese sócio-cognitiva (Salomão, 1997). Chiavegatto (1999a) reflete sobre o processo cognitivo de mesclagem de vozes no discurso real, afirmando que o segmento discursivo que representa a mescla é perspectivado (maiores detalhes sobre estas pesquisas serão desenvolvidos na pág. 41).

Cabe ressaltar que, segundo o Modelo dos Espaços Mentais, à medida que o discurso se desdobra, os espaços de referência também vão sendo desdobrados, permanecendo localmente ativos ou semi-ativos. Estes espaços de referência, ou **domínios conceptuais locais**, são construções teóricas que nos permitem perceber como aspectos pragmáticos e cognitivos se projetam na linguagem de modo a construir sentido. São estratégias de economia que nos dão pistas mínimas, mas suficientes, para achar os domínios e princípios apropriados para a construção do sentido. Estas pistas se combinam com modelos cognitivos, possibilitando a construção de sentidos mais amplos do que as próprias palavras possam explicitamente sinalizar.

2.3 A Análise do Discurso, a Lingüística de Corpus e a Lingüística Cognitiva

Outros estudos já aproximaram a Lingüística Cognitiva da Análise do Discurso e da Lingüística de Corpus. Consideramos pertinente apontá-los para enfatizar a relevância do viés que escolhemos para nosso estudo. Vários, apesar de discutirem questões lingüísticas no nível do discurso, não trabalham com lingüística de corpus. Por exemplo, Emmott (1997) observa os pronomes que se apresentam sem nenhum antecedente direto em narrativas ficcionais, argumentando que “à medida que os leitores processam um texto narrativo, criam e utilizam representações mentais de contextos físicos dentro de um mundo ficcional” (Emmott, 1997: 6). Usando como dados extratos de obras consagradas da literatura em língua inglesa, a autora observa como os leitores de narrativas constroem “mundos” cognitivos durante a leitura e como relacionam pronomes e outros sintagmas nominais a estes mundos ficcionais. Ela afirma que as relações

⁸ Ver nota de rodapé número 1.

anáforas nem sempre são estabelecidas entre um pronome e um antecedente nominal explícito anteriormente no texto, e que isto não prejudica a construção de sentido, já que o leitor é visto como um participante discursivo que não apenas estabelece conexões entre as palavras e o texto, mas que também faz inferências sobre entidades cognitivamente construídas em mundos cognitivamente elaborados. Para tanto, a autora lança mão da teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1994), adotando, também, uma ótica discursiva. Conclui que nas narrativas ficcionais, “ainda que cada frase apenas se refira a um fragmento do contexto, a mente cria uma *gestalt* contextual ao invés de interpretar cada frase isoladamente” (Emmott, 1997: 7). Seu trabalho, na época, supriu uma lacuna nos estudos em lingüística funcional cognitiva ao aproximar-se da esfera da análise do discurso, principalmente considerando-se a afirmação da autora de que a obra original de Fauconnier (1994) “não teve como objetivo descrever como a mente cria, armazena e utiliza conhecimento **através de trechos discursivos**”⁹ (Emmott, 1997: 15).

Além disso, a pesquisa de Emmott contribui para nosso estudo ao demonstrar que “a construção de um enquadre contextual não é apenas questão de se reconhecer os sinais de que um novo contexto vai ser introduzido (tais como os ‘introdutores de EMs de Fauconnier [1994]), mas sim de se integrar de forma cumulativa frase após frase estes contextos em uma representação mental holística que constitua uma *gestalt*” (Emmott, 1997: 16)¹⁰.

Kibrik (1997) também trata de referência pronominal no discurso, analisando uma narrativa em língua inglesa (uma história infantil intitulada “The Maggie B.” e escrita por Irene Haas) e uma prosa narrativa em russo. Trata-se de um estudo contrastivo que relaciona processos de referenciação e memória de trabalho, apresentando uma visão sócio-cognitivista do fenômeno. Ele busca em visões de analistas de discurso funcionalistas (tais como Chaffe, 1994; Tomlin 1994; Givón 1995) substrato para aproximar a lingüística da psicologia cognitiva. Sua hipótese é que “a partir da observação de referências no discurso natural, é possível fazer certas inferências sobre a capacidade humana de memória de trabalho” (Kibrik, 1997: 30). Sua contribuição mostra que a análise lingüística do

⁹ Grifo meu.

¹⁰ Texto original: “Building a contextual frame is not just a matter of recognizing signals of a new context (such as Fauconnier’s [1994] ‘space builders’) but of cumulatively integrating sentence after sentence into a mental representation of a contextual whole”.

discurso pode ajudar a desvendar mistérios relacionados com o sistema cognitivo humano.

Tomando viés semelhante, van Dijk (1995) investiga a relação entre opinião e ideologias que permeiam o discurso editorial com ênfase nos aspectos cognitivos e discursivos das representações mentais compartilhadas que emergem no discurso. Para tanto, lança mão de conceitos como crenças avaliativas, crenças sociais, modelos mentais (Johnson-Laird, 1983; van Dijk & Kintsch, 1983; van Dijk, 1987; van Oostendorp & Zwaan, 1994) e modelos contextuais (van Dijk, 1996a). Sua análise usa exemplos extraídos de um artigo editorial, mas não se trata de um estudo que faz lingüística de corpus.

No Brasil, o grupo liderado por Salomão (1997, 1999, 1999a) vem desenvolvendo estudos sucessivos que usam o aparato da lingüística cognitiva e fazem, ao mesmo tempo, lingüística de corpus. Entre os integrantes deste grupo estão Ferrari (1999), Chiavegatto (1998, 1999, 2002), Barbosa Guedes (1999) e Miranda (1999). Ferrari (1999: 115-116) “investiga os mecanismos gramaticais de introdução de espaços mentais condicionais no Português do Brasil e, mais especificamente, de sinalização da postura epistêmica e do ponto de vista do falante com relação aos espaços criados”. Além disso, a autora demonstra processos cognitivos de mesclagem, articulando os resultados obtidos com estratégias de interação conversacional, a partir de dados obtidos em cinco minutos de transcrição da interação entre professores integrantes do projeto Pró-Leitura na Escola Fernando Lobo, em Juiz de Fora.

Dentro do mesmo grupo integrado, Barbosa Guedes (1999) lança mão dos pressupostos teóricos do sócio-cognitivismo, mais especificamente da teoria dos espaços mentais e do conceito de MCI, para verificar as estratégias de leitura utilizadas por um grupo de alunos de Francês Instrumental.

Tentando elucidar os conceitos sócio-cognitivistas de domínio, projeção e mesclagem, Miranda (1999) também usa o corpus do Projeto Pró-Leitura.

Já Chiavegatto (1998) faz uma análise qualitativa de corpus discursivo composto de relatos de opinião em língua portuguesa para estudar a função dos introdutores de espaços mentais na arquitetura e interpretação de textos argumentativos em português. Como parte de um projeto integrado de amplo escopo, ela trabalhou com 50 relatos de opinião orais e escritos pertencentes ao corpus Discurso & Gramática distribuídos por seis faixas de escolaridade como

amostra a ser comparada com outros textos argumentativos. Sua pesquisa é predominantemente qualitativa e tem como objetivo “rastrear e formalizar os operadores de espaços mentais em português” (Chiavegatto, 1998: 2). Segundo ela, os “introdutores funcionam como conectores pragmáticos – trazendo informações advindas das experiências arquivadas na memória – e interligando-as de várias maneiras, engendrando ora a continuidade ou recuperação de espaços de referência anteriores na cadeia discursiva, ora trocando-os na progressão do discurso” (Chiavegatto, 1998: 10).

Esta observação remete para nossa discussão sobre o papel da pragmática na construção de espaços de referência onde operam crenças, opiniões e fatos. Além disso, ao identificar e formalizar os introdutores de EMs em um corpus argumentativo em português, Chiavegatto nos inspirou a utilizar um corpus também argumentativo, emoldurado pelo universo das opiniões, porém em outro gênero discursivo – editoriais jornalísticos. Segundo a autora, um texto argumentativo apresenta uma configuração conceptual espiralada que funciona como linha condutora, reunindo os diversos espaços conceptuais gerenciados durante o processo argumentativo.

Similarmente, Salomão (1999a) organiza projetos individuais para estudar as condições de geração das formas e de suas significações através dos conceitos de esquemas imagéticos, espaços mentais, mesclagem, molduras e enquadre, segundo a hipótese-guia de que “o sinal lingüístico guia o processo de significação diretamente no contexto de uso” (Salomão, 1999: 12).

Dando continuidade ao caminho aberto pelas pesquisas que adotaram o arcabouço do sócio-cognitivismo para a análise de corpus, este estudo investiga um corpus de 20 editoriais jornalísticos. No entanto, diferentemente delas, tem como questão de pesquisa investigar o papel das orações subordinadas substantivas nos processos psico-pragmáticos que subjazem à construção da significação no gênero editorial, fazendo uso de métodos quantitativos e qualitativos.

2.4. As orações subordinadas

Em nosso estudo, tratamos as orações subordinadas segundo uma abordagem funcionalista-cognitivista, integrando atributos sintáticos, semânticos e pragmáticos para descrevê-las e entendendo-as como pistas para os processos de construção de sentido. Segundo Neves (1997: 25), autora funcionalista, “a sintaxe é vista como a codificação de dois domínios funcionais distintos: a semântica (proposicional) e a pragmática (discursiva)”. Ou seja, é na sintaxe que os elementos semânticos e pragmáticos se materializam estruturando o discurso. É a integração dinâmica destas três dimensões da linguagem (sintaxe, semântica e pragmática) que sustenta o discurso enquanto entidade concretamente construída. Do mesmo modo, para a lingüística funcional cognitiva, não há barreiras entre sintaxe, semântica, morfologia, fonologia e o léxico. Langacker (1991) e Taylor (1989) concordam que a sintaxe não é um sistema autônomo, mas sim um sistema simbólico que forma uma espécie de contínuo com o léxico e a morfologia. Nas palavras de Taylor (1989: 190), “a lingüística cognitiva rejeita a noção de um nível sintático de categorização lingüística que seja autônomo da semântica”. Dentro desta perspectiva, a forma tomada pela linguagem é derivada de aspectos relacionados com a construção da significação. Ou melhor, a sintaxe pode ser entendida como uma das formas de expressão de nosso sistema conceptual que, para Lakoff (1980: 3), “é de natureza fundamentalmente metafórica”. Segundo ele (1987: 487), “na gramática cognitiva, os elementos sintáticos não são arbitrários, mas sim **motivados** pelos elementos semânticos correspondentes”. A sintaxe é parte da estrutura metafórica que é a linguagem, um reflexo de nosso sistema conceptual. Por isso, entendemos a sintaxe como pista para a construção da significação.

Na perspectiva funcionalista, a ordem das palavras nas frases e das orações, no discurso, é apontada como um dos principais fatores de organização da informação (e.g. Halliday, apud Lyons, 1970; Brown e Yule, 1983; Khalil, 2001; Bloor e Bloor, 1995). A linguagem, na integração dos níveis semânticos, sintáticos e discursivos projeta as representações sociais, os modelos culturais, o posicionamento do falante, imprimindo a cada segmento do discurso, via ordem das palavras, maior ou menor relevância, ênfase ou importância. As escolhas

cabem ao produtor do discurso que, em função delas, transmite crenças e ideologias próprias.

Como um dos primeiros proponentes dos estudos sobre estrutura da informação, Halliday (apud Lyons, 1970) afirma que a forma não marcada da unidade de informação (seja a oração, a sentença, ou o discurso) é a seguinte: a informação velha precede a informação nova, exceto em início de discurso ou quando o contexto não é suficiente para indicar sobre o que se fala. No entanto, assinala que a informação nova pode ser caracterizada como aquela que o falante **opta** por apresentar como nova. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Brown e Yule (1983) afirmam que a estruturação da informação também se realiza sintaticamente, ou seja, o conteúdo é organizado segundo a escolha do produtor do discurso. Para eles (1983: 181), a noção de informação velha relaciona-se com a estruturação do conhecimento de pano de fundo (“*background knowledge*”), ou *ground*, que pode se constituir a partir de elementos presentes no contexto da situação.

É relevante para nosso estudo destacarmos que tanto para Halliday quanto para Brown e Yule (1983: 188), “a forma de uma frase não parece determinar o status de informação nova / velha, mas parece indicar pressuposições por parte do falante”. Ou seja, apesar de haver regularidades que possibilitam associarmos a estrutura da informação a aspectos sintáticos e fonológicos, elas devem ser observadas no contexto discursivo, considerando todos os fatores operantes no evento comunicativo. Além disso, os quatro autores concordam que a estrutura da informação é determinada pelo falante, e não pela estrutura do discurso.

Já segundo Khalil (2001), dentro de um viés cognitivista, a estrutura da informação é um mecanismo que opera no nível cognitivo e está relacionado à estruturação dos modelos mentais. Para o autor, a informação é organizada em termos de nível, importância e relevância. Em relação ao nível, a informação pode ser micro ou macro. Ela será projetada no texto como figura, se for macro, e como fundo, se for micro. Quanto à importância, a informação que for considerada mais importante pelo produtor do discurso será apresentada de forma mais saliente, isto é, como figura, e a informação menos importante será articulada como fundo. E, por último, a informação pode ser organizada quanto à relevância, isto é, a necessidade de se acrescentar tal informação dentro de determinado contexto considerando-se o custo de processamento para tal.

As contribuições de Khalil nos remetem à visão sócio-cognitivista de **perspectivação** (Langacker, 1991; Taylor, 1989), segundo a qual os interlocutores do discurso fazem parte da co-construção da significação, isto é, são “sujeitos da percepção” (Langacker, 1991: 316; cf. arcabouço teórico pg. 21). Para Langacker (1991), Talmy (1978), Grundy e Jiang (2001), a organização da informação no discurso reflete simplesmente fatos da percepção. Aquilo que percebemos como mais saliente tende a aparecer com maior frequência no discurso, seja em posição sintática de sujeito (Talmy, 1978), seja em posição temática (Halliday, 1967) – sendo o tema entendido como ponto de partida (ou o primeiro constituinte sintático da oração/sentença).

À luz destas reflexões partimos para a análise do corpus em busca desta regularidade (fase 1 do estudo; cf. cap. 3) no corpus de editoriais. Que construção aparece com regularidade tal que se torna saliente à percepção? Como resultado, encontramos as orações subordinadas substantivas e por isso cabe agora discutí-las segundo a literatura.

No nível da sentença, as estruturas subordinadas substantivas no discurso de editoriais jornalísticos são estruturas não marcadas. No entanto, no nível discursivo, pragmático e cognitivo, parece-nos que têm função cognitiva significativa, são salientes à percepção, pois introduzem entidades discursivas que se deslocam no discurso e permanecem no foco de atenção (“mísseis disparados contra milhares...”). O exemplo (3) extraído do corpus (sublinhado) ilustra nossa hipótese:

- (3) O Mundo deu provas de repúdio ao massacre no Iraque por vários motivos. Um: fragilidade das razões alegadas. Bagdá está de joelhos. Atendeu às exigências da ONU e abriu o território às inspeções internacionais. Provou que não põe em risco a paz. Dois: suspeitas de que o verdadeiro motivo do ataque seja a cobiça pelo petróleo iraquiano e a necessidade de desovar e renovar arsenais. Três: a desmoralização das Nações Unidas, único foro capaz de conferir legitimidade a iniciativas conjuntas. A última, mas não menos importante: o medo das conseqüências. O Mundo sabe que os mísseis disparados contra milhões de inocentes abrirão a caixa de Pandora. Dela poderá sair a guerra da Coréia do Norte, pesadelo que traz de volta a ameaça do holocausto nuclear. Dela emergirão mais complicações para o Oriente Médio. Dela disparará fortalecido o terrorismo muçulmano de que o atentado a Bali serve de pálido exemplo.

Em termos de assimetria **figura-fundo** (cf. item 2.4.1 deste capítulo), a oração subordinada substantiva (sublinhada) é figura. Em (3), a oração principal que antecede a subordinada substantiva (sublinhada) apresenta informação velha, seja no contexto situacional, seja discursivamente, e a oração subordinada é que introduz a informação que permanecerá no foco de atenção, tornando-se saliente à percepção no nível ideacional. Pensamos que através desse tipo de jogo, as crenças e ideologias possam estar sendo projetadas no discurso de forma não marcada, interagindo dinamicamente, para que opiniões sejam tratadas como “verdades”.

Sendo assim, para dar conta de nossa hipótese de trabalho, pensamos que somente a descrição da estrutura não é suficiente, tornando-se imprescindível considerar também os interlocutores e a situação comunicativa da interação. Neves (1997: 24) concorda conosco ao afirmar que se deve “observar a estrutura hierárquica das proposições no discurso: se o homem se expressa por meio de discursos multiproposicionais, é necessário observar-se não apenas o modo como se dá a concatenação das proposições como também as regras textuais a que as proposições devem ser submetidas”. As proposições são investigadas dentro do âmbito do discurso, onde aspectos como topicidade e tematização se relacionam com os sistemas sintáticos operantes. Assim, quando pensamos em subordinação, não basta pensarmos apenas em regras sintáticas, meramente relacionais. É preciso considerarmos também a **função pragmática** exercida no discurso pelo encadeamento de orações com relação de dependência entre si. O exemplo (4) ilustra nossa hipótese mais uma vez:

- (4) Ou seja: os americanos encaram a guerra com a mentalidade de investidor, sem se importar com questões humanitárias. Nesse sentido, soçobra a dúvida: quem é pior? Bush, Blair ou Hussein? O mundo está em má companhia. E o pior é que, mesmo com todas as atrocidades que vêm sendo registradas nas principais cidades iraquianas, parece | que não haverá força | para deter a sanha guerreira das chamadas tropas aliadas.

Em (4), as orações subordinadas substantivas (sublinhadas) têm função de figura, introduzem informações novas, que pernecem no foco de atenção e ganham posição de saliência no nível ideacional. Neste caso específico, a saliência perceptual também advém da frequência com que aparecem no discurso.

Para reforçar nossa hipótese de trabalho, voltamos a Neves (2002). Segundo ela (2002: 168), “uma frase complexa tem necessariamente um ou mais núcleos e uma ou mais margens (orações dependentes), variando o grau de dependência”. A relação de hipotaxe pode estar baseada em aspectos **gramaticais** ou **retóricos**, para que haja ênfase ou saliência da informação. Ainda segundo a autora, as orações argumentais apresentam “relevância altamente hierarquizada”, como por exemplo a estrutura encaixada em (5):

- (5) Bush e os países que o apóiam não dispõem de justificativa moral ou de mandato legal para atacar o Iraque. Ao contrário, lançam a ofensiva militar sob os protestos da maioria dos governos do mundo e de grande parte da opinião pública do planeta. É chocante o argumento de que a campanha bélica tem como fim | estabelecer a democracia no Iraque.

A hierarquia estabelecida entre a oração matriz e a oração subordinada substantiva do exemplo (5) tem relevância gramatical e retórica. Gramaticalmente a subordinada é altamente dependente da matriz, posto que exerce função de complemento nominal da mesma. Retoricamente, a dependência se dá a partir do momento em que a estrutura encaixada elabora “o argumento”, imprimindo à mesma mais força retórica do que uma informação dependente deveria ter. A informação retomada na oração principal (em itálico) encontra-se semi-ativa no discurso, já que o tempo todo o autor vem reiterando a impossibilidade de se justificar a guerra contra o Iraque. Ao afirmar que algo é chocante, passa a impressão de que este “algo” refere-se à noção do “absurdo da guerra” que vem sendo construída no discurso, mas na verdade só introduz a informação nova ao final da seqüência: “o argumento de Bush é de que a campanha bélica tem como fim estabelecer a democracia no Iraque”. Assim sendo, apesar de intersentencialmente constituírem expressão não-marcada, a nível discursivo, pragmático e cognitivo, as orações subordinadas substantivas são salientes.

Além disso, segundo Neves (2002: 172), “as conexões mais íntimas estruturalmente (reduções estruturais) correspondem a conexões semântico-pragmáticas mais íntimas”. Estas oscilações entre níveis de intimidade entre gramática e conexões semântico-pragmáticas são derivadas das pressões do uso, da linguagem em uso, em contexto discursivo. O exemplo (6) pinçado do corpus sinaliza a intimidade a que se refere Neves, na forma da oração subordinada substantiva reduzida (sublinhada):

- (6) Não foi nenhum estrangeiro a serviço da causa da paz o autor, foi a própria imprensa britânica. Foi ela que desmascarou o chamado ‘dossiê Blair’, espalhafatosamente apresentado ao parlamento e à opinião pública pelo primeiro-ministro Tony Blair objetivando aliciar parceiros internacionais para o ataque ao Iraque.

Apesar de não haver uma marca explícita de ligação (um conectivo) entre a oração subordinada (sublinhada) e a oração matriz, há a integração dos níveis semântico e pragmático, pois como participantes oculares deste discurso, sabemos da luta de Bush para conseguir parceiros de causa. O contexto pragmático atua sobre o discurso, gerando economia lingüística e reduzindo o custo de processamento, pois trata-se de informação dada pelo contexto situacional.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Bloor e Bloor (1995: 153) denominam uma oração que vem dentro de outra de “encaixada” (“*embedded*”) quando as mesmas são conectadas por uma relação de dependência ou hipotaxe. Neste tipo de oração, a ordem em que as orações são justapostas pode variar, ainda que a relação de dependência permaneça a mesma. Seguindo o pensamento de Halliday (apud Lyons, 1970), Bloor e Bloor (1995: 182) afirmam que “a decisão de se colocar uma oração dependente antes ou depois da oração da qual ela é dependente (oração dominante) **não é arbitrária**.¹¹ Há diferentes significados vinculados de forma significativa a tais escolhas, inclusive aqueles identificados com as funções de Tema e Rema”. Ou seja, quando uma oração aparece no início de uma estrutura oracional complexa desempenha um papel temático significativo, contribuindo para a estruturação da informação, para o fluxo discursivo e para o direcionamento do foco de atenção para informações que se deseja tornar **salientes**. Ela se torna **pragmaticamente marcada** e, portanto, sinalizadora de modelos culturais, ideologias ou crenças. A seqüência tematicamente marcada ocorre quando a oração dependente é trazida para a posição inicial da estrutura oracional complexa. A situação inversa corresponde à forma não marcada. Este é o caso da maioria das orações subordinadas substantivas no corpus. No entanto, conforme os exemplos (4), (5) e (6) ilustraram, parece-nos que estão salientes à percepção.

Contribuindo de modo fundamental para o escopo deste estudo, Abreu (1997) também aponta para os critérios que estabelecem as relações de

¹¹ Grifo meu.

coordenação e subordinação. Relê Haiman e Thompson (1984) e propõe uma descrição gramatical de coordenação e subordinação. Aponta que, segundo estes autores, cabe extinguir a oposição binária entre os dois tipos de oração e classificá-las de forma “analógica”, ao invés de “digital”. Para isso, categoriza as orações em português seguindo os critérios de (a) identidade de tempo e/ou sujeito; (b) redução de uma das orações por elipse ou por “*opposition loss*”; (c) incorporação marcada gramaticalmente de uma das orações; (d) ligação entonacional; (e) uma oração estar dentro do escopo de outra oração; e (f) ausência de iconicidade. Em seguida, afirma que “as orações subordinadas prototípicas são as substantivas e, dentro delas, as subjetivas, uma vez que elas possuem todas as seis propriedades” (Abreu, 1997: 21). Além disso, ele aponta para uma ausência de iconicidade temporal entre as orações subordinadas e principais, o que nos faz pensar que as subordinadas, apesar de poderem codificar informação de *background*, possam estar pragmaticamente em foco, como assinalamos anteriormente. A tabela 1 ilustra a escala de grau de prototipicidade proposta por Abreu (1997: 30-31).

Tabela 1 – Graus de prototipicidade das orações subordinadas substantivas

Escala	Tipo de oração
6	sub. subst. Subjetiva
5	sub. subst. Objetiva direta sub. subst. Objetiva indireta
4	sub. subst. Completiva nominal sub. subst. Predicativa
3	sub. subst. Apositiva “ <i>fact sentences</i> ”
1	sub. subst. Apositiva típica

(Adaptada de Abreu, 1997: 30-31)

Abreu (1997), os estudos sobre estrutura da informação (Halliday, Brown e Yule, Khalil, Bloor e Bloor) e sobre a assimetria figura-fundo (Khalil, Thompson, Tomlin, Neves, Langacker, Grundy e Jiang) nos levam a considerar que a subordinação não é uma categoria estática, ela é orgânica, e emerge em diferentes níveis no discurso para tecer o grau de saliência cognitiva das idéias. Ao mesmo tempo que são não-marcadas para a estrutura da informação, podem também ser figura e sinalizar modelos culturais, ideologias e crenças.

Aparentemente, os aspectos pragmatico-discursivos e cognitivos referentes às orações subordinadas relacionam-se diretamente com o jogo figura-fundo e com a construção de planos discursivos. Esta construção de planos discursivos em geral é alicerçada por um jogo onde certas estruturas são colocadas de forma mais saliente que outras, e vice-versa. A escolha por tornar determinada informação mais ou menos saliente é feita pelo produtor do discurso. Não é arbitrária. Ela é motivada por fatores pragmáticos, dentre eles a orientação discursiva. O jogo figura-fundo emerge na sintaxe como reflexo da opção do produtor do discurso quanto ao foco que quer dar às diferentes informações apresentadas no discurso. Considerando que este jogo projeta-se na sintaxe como reflexo de um processo psico-pragmático e que ele pode nos ajudar a responder nossas perguntas de pesquisa e a atingir nosso objetivo geral, discutimos a assimetria figura-fundo e os efeitos que projeta no discurso no próximo item.

2.4.1 As orações subordinadas e a assimetria figura-fundo

Neves (1997:26-27) afirma que “o sistema de transitividade é visto como intimamente relacionado com a formação de planos no discurso (“*grounding*”): o primeiro plano (“*foregrounding*”), que se constitui das partes que contribuem para expressar melhor os propósitos do falante (a narrativa dos eventos), e o plano de fundo (“*background*”), que se constitui das partes que apenas ampliam, comentam ou embasam a narrativa básica, sem fazê-la progredir”. Estes dois planos são o que temos chamado de figura e fundo, respectivamente.

Tomlin (1985) define informação de primeiro plano, ou figura (“*foreground*”), como “a informação que é mais central ou saliente ou importante para o desenvolvimento do tema discursivo. A informação de pano de fundo, ou fundo (“*background*”), como aquela que elabora ou desenvolve informações de pano de frente” (Tomlin, 1985: 89). Tal como Neves, o autor relaciona as noções de figura e fundo à sintaxe. Seu objetivo é verificar a hipótese que atribui às orações subordinadas a função de codificar as informações de fundo no discurso. Para isso, solicitou que quatro grupos de falantes nativos de inglês produzissem narrativas sobre um desenho animado que assistiram. Os resultados mostraram que a hipótese se comprova, isto é, que a estrutura sintática da oração subordinada tem como função sinalizar que a informação é de fundo. Assim como Neves

(1997), o autor atribui às orações independentes a função discursiva de figura, que remete às informações mais importantes, ou mais salientes cognitivamente. Dentro desta perspectiva, o foco, ou seja, “o constituinte que carrega a informação mais saliente” (Neves, 1997: 29), constitui-se no termo em torno do qual o produtor do discurso organizou seu enunciado. Como as orações subordinadas têm como função elaborar ou complementar o que foi apresentado em primeiro plano pela oração principal, supõe-se que o foco não esteja centrado nelas. No entanto, nossos exemplos mostram que esta perspectiva vai de encontro com o que parece estar ocorrendo no caso das substantivas no discurso dos editoriais. Parece que as orações subordinadas estão fazendo mais do que elaborar o que está em foco, isto é, são o próprio **foco** tratado sintaticamente de forma não-marcada, já que avançam informação nova e aparecem com grande frequência. Aparentemente, parece que com isso o produtor do discurso consegue articular ideologias e fatos retoricamente:

- (5) Bush e os países que o apóiam não dispõem de justificativa moral ou de mandato legal para atacar o Iraque. Ao contrário, lançam a ofensiva militar sob os protestos da maioria dos governos do mundo e de grande parte da opinião pública do planeta. É chocante o argumento de que a campanha bélica tem como fim | estabelecer a democracia no Iraque.

Como apontamos anteriormente, o contexto discursivo contribui para tornar saliente à percepção informações que aparecem em construções sintáticas não marcadas, como os exemplos 3, 4 e 5 ilustram. Isto não nos parece acontecer arbitrariamente, e sim com o objetivo estratégico de reforçar, camufladamente, a posição do produtor do discurso junto a seus interlocutores.

Thompson (1987) sugere que quando um produtor de discurso decide, mesmo que intuitivamente, representar eventos de figura como se fizesse parte do fundo, já que sintaticamente é uma oração subordinada, provavelmente possui algum objetivo discursivo de natureza retórica. No caso dos editoriais, supomos que seja expressar opiniões institucionais de forma sombreada, como se as mesmas constituíssem “verdades” compartilhadas ou fatos que são inquestionáveis.

Do mesmo modo, na ótica sócio-cognitivista, Langacker (1991) chama o participante elevado ao status de figura de **trajetor** (do inglês, “*trajectory*”) e os outros participantes de **fundo** ou **ponto de referência** (do inglês, “*landmarks*”).

Ele concorda que o posicionamento de uma entidade como fundo ou trajetor relaciona-se a sua maior ou menor proeminência para a percepção. Tomando o exemplo de Langacker (1991), no par “triângulo vs. polígono de três lados”, a segunda expressão apresenta explicitamente certos componentes semânticos que ficam mais proeminentes do que na primeira expressão. Similarmente, a organização figura-fundo percebida em um discurso faz parte da construção da cena discursiva, da imagem que se quer transmitir. Langacker (1991: 35) explica que “duas expressões lingüísticas podem designar a mesma situação objetiva e, no entanto, serem substancialmente diferentes em seu valor semântico porque o estruturam através de imagens diferentes”. Isto é, o alinhamento figura-fundo serve para organizar a cena discursiva. “A gramática cognitiva defende que as relações de predicação atribuem consistentemente proeminência especial a algum participante; e sugere, especificamente, que este elemento (trajetor) pode ser caracterizado como a figura dentro do perfil relacional” (Langacker, 1991: 222).

Grundy e Jiang (2001), em um estudo sobre ideologia e relevância dentro do arcabouço da lingüística cognitiva, definem figura-fundo como uma *gestalt* que se relaciona com mecanismos de percepção, orientados para a relevância (Sperber e Wilson, 1986; 1995: 152). Isto é, trata-se de um jogo que coloca em foco a informação que vai permitir aos participantes da cena processarem a informação em tempo mínimo e com o máximo de relevância lingüística. Usando um corpus das falas do Presidente Clinton proferidas em rede nacional de televisão sobre o caso Mônica Lewinsky, eles demonstram que a assimetria figura-fundo advém de fatos ativos no contexto, que não são necessariamente discursivos ou sintáticos. Eles são sinalizados por marcadores discursivos ou por IEs, permitindo que o fundo seja também representado por EM, conforme proposto por Fauconnier. Este fundo geralmente é ideológico, representado portanto por um MCI.

Em outras palavras, Grundy e Jiang (2001) vão além de Fauconnier. Eles mostram como os EM incluem entidades não lingüísticas que vão funcionar como o fundo para os elementos lingüísticos no foco de atenção.

Os estudos de Thompson (1987), Grundy e Jiang (2001) e Langacker (1991), em última instância, ilustram como a linguagem é reflexo de estratégias psico-pragmáticas através das quais percebemos a relação entre figura e fundo no discurso. Ao contrário de tratamentos meramente inter-sentenciais, ou temáticos,

dado pelos funcionalistas, apontam para a possibilidade do fundo estar no CONTEXTO e não necessariamente no discurso.

Assim, explicam porque orações subordinadas como as que constituem o foco de nossa investigação tornam-se salientes, pois é o CONTEXTO discursivo, inclusive a moldura comunicativa e o ponto de vista do emissor do discurso, que funciona como fundo. Segundo Langacker (1991: 318), este CONTEXTO inclui “o evento de fala, seus participantes, e as circunstâncias (tempo e lugar da fala). Segundo Talmy (1978), inclui as pressuposições¹².

2.4.2 O caso das orações subordinadas substantivas

Tomando como base a revisão de literatura até aqui desenvolvida, nossa hipótese de trabalho é que as orações subordinadas substantivas são prototípicas do gênero editorial, que constitui o corpus desta pesquisa. Por prototipicidade, entendemos que seu comportamento no discurso parece propiciar desenvolvimento retórico característico do gênero editorial, tal como a introdução de uma informação perceptualmente saliente, em uma estrutura sintática não marcada, colocando o CONTEXTO como informação de fundo. No contexto está a perspectiva do sujeito que age na cena discursiva. Parece, portanto, que se trata de uma estratégia para tirar do foco a seguinte informação: o que se segue é uma opinião, não um fato.” Sendo assim, neste momento da dissertação definimos as orações substantivas e estabelecemos os elos teóricos com a teoria dos espaços mentais.

Para Neves (2000: 333), as subordinadas substantivas:

“Equivalem a um sintagma nominal, e são, por isso, tradicionalmente chamadas de orações substantivas. Desse modo, as orações substantivas têm as características de um elemento nominal, o que se verifica pela correspondência que elas, em geral, apresentam: (a) com um substantivo (+ determinante); (b) com o sintagma O FATO DE QUE, O FATO DE + VERBO; (c) com um infinitivo substantivado”.

Segundo a autora, as orações subordinadas substantivas são construídas com verbos no infinitivo ou em um modo finito. Elas são conectadas à oração principal

por uma conjunção integrante, “se” ou “que”. Quanto à função, vêm encaixadas em uma oração matriz e equivalem a um sintagma nominal, podendo exercer todas as suas funções. Desempenham função argumental, predicativa e apositiva, a saber:

- **Função argumental:** complementam um termo da outra oração, como argumento de verbo (função de sujeito, objeto direto, objeto indireto), de substantivo ou de adjetivo (função de complemento nominal).

Ao discutirmos a relação figura-fundo e construirmos nossa hipótese de trabalho, apresentamos casos de subordinadas substantivas que aparecem em nosso corpus de editoriais. Retomamos o exemplo (3) para destacar uma oração subordinada substantiva (sublinhada) com função argumental:

- (3) O Mundo sabe que os mísseis disparados contra milhões de inocentes abrirão a caixa de Pandora. Dela poderá sair a guerra da Coréia do Norte, pesadelo que traz de volta a ameaça do holocausto nuclear. Dela emergirão mais complicações para o Oriente Médio. Dela disparará fortalecido o terrorismo muçulmano de que o atentado a Bali serve de pálido exemplo.

A oração substantiva funciona como argumento do verbo “saber”, exercendo função de um sintagma nominal objeto direto.

- **Função predicativa:** exercem função de predicativo do sujeito da oração principal. É importante lembrar que o verbo de ligação, ou cópula, estabelece uma relação de identidade entre a oração e o sintagma nominal sujeito.

O exemplo (7) apresenta uma oração subordinada substantiva (sublinhada) com função predicativa:

¹² Futuros trabalhos poderão explorar a questão da pressuposição (Presupposition Float), que foge ao escopo desta dissertação.

- (7) O problema por trás da linguagem asséptica dos militares, que evoca jogos de videogame, é que existem em Bagdá cerca de 5 milhões de pessoas que podem morrer por causa dos bombardeios.

O verbo de ligação “é” cria uma identidade entre o sintagma nominal “o problema”, da oração principal, e a oração subordinada que funciona como sintagma nominal predicativo do sujeito.

- **Função apositiva:** as orações subordinadas substantivas apositivas funcionam como aposto de um termo da oração principal.

O exemplo (8) apresenta uma oração subordinada substantiva (sublinhada) com função apositiva:

- (8) A Organização das Nações Unidas estava conquistando o que a guerra não fará: desarmar, em paz, uma nação que se orgulha de sua tradição guerreira. A ONU começava a dobrar o arrogante Saddam Hussein.

A oração subordinada “desarmar, em paz, uma nação” exerce função de aposto do verbo “fará” na oração matriz. Este exemplo também aponta para a hipótese discutida anteriormente sobre a assimetria figura-fundo. Através dele podemos perceber que a oração subordinada substantiva é usada para introduzir informação ideacionalmente saliente, cabendo ao **contexto** funcionar como **fundo**.

Cabe destacar ainda que, segundo Abreu (1997), as orações subordinadas apositivas apresentam o menor grau na escala de prototipicidade de subordinação. O exemplo (8) nos faz pensar que o aspecto discursivo da subordinação, no caso das apositivas, aproxima-se muito da função discursiva de uma oração coordenada.

Por fim, Neves (2000) categoriza as orações substantivas quanto aos subtipos semântico e funcional. Os subtipos semânticos incluem as orações completivas de natureza factual, as orações completivas com predicados implicativos e os predicados ligados a preenchimentos de condições (causativos afirmativos e negativos). Os subtipos funcionais incluem as orações subjetivas, as

completivas verbais e as completivas nominais. Segundo ela, é comum que o valor de factualidade esteja presente em estruturas de orações subjetivas, tanto no nível semântico quanto no nível funcional. No exemplo (9)

- (9) É lamentável que o desfecho para mais esta aventura militar ensandecida tenha se tornado imprevisível diante dos últimos acontecimentos. Infelizmente, o protesto nas ruas e o crescimento do número de mortos não serão capazes de mudar o rumo do que está posto. Devemos esperar pelo pior.

A oração subordinada substantiva subjetiva (sublinhada) é estruturada como um sintagma nominal – “o fato de” –, imprimindo ao discurso opinativo uma condição de factualidade. Neste caso, mais do que em outros, parece-nos que a linguagem reflete uma estratégia psico-pragmática para tirar do foco a posição do produtor do discurso e projetar no foco de atenção uma opinião “travestida” de fato em uma subordinada substantiva subjetiva.

Além disso, os exemplos (8) e (9) ilustram também a posição das orações substantivas subjetivas e apositivas na escala de prototipicidade das orações substantivas destacadas na tabela 1 (adaptada de Abreu, 1997). A apositiva aparece como a menos prototípica e a subjetiva como a mais prototípica.

Abreu e Neves concordam que as estruturas subordinadas e coordenadas participam da construção global, discursiva, de um texto. Em sua visão, as relações de subordinação e coordenação extrapolam o nível da frase ou da oração, e permeiam todo o discurso. A articulação das orações tem função pragmática, pois as escolhas feitas pelos interlocutores quanto à mesma são marcas pragmáticas de seu posicionamento. Segundo Abreu (1997: 35), “os processos de articulação das orações podem ser também utilizados, pragmaticamente, para colocar pressupostos”. Aqui, ele concorda com Talmy (1978). No caso das orações substantivas presentes nos editoriais, pensamos que sua frequência neste tipo de corpus possa estar relacionada com a necessidade de se ativar pressupostos que contribuam para a co-construção de um discurso ideologicamente marcado que apenas aparecerá como informação de fundo, na assimetria figura-fundo.

Por exemplo, em (9), há uma oração subordinada substantiva subjetiva clivada que ativa pressuposições a partir de dois processos frequentes no discurso

argumentativo-informativo característico dos editoriais jornalísticos, a saber: (1) a transformação de uma opinião em fato e (2) o sombreamento¹³ da voz responsável por determinada opinião. O primeiro processo contribui para maquiagem uma opinião ao colocá-la como pano de fundo. A estrutura clivada “é lamentável que” embute a estrutura “o fato de que”, típica das subordinadas substantivas com características de factualidade. De forma sutil, convida os interlocutores a se alinharem com a perspectiva ideológica do produtor do discurso. É como se estivesse dito “eu lamento e vocês também”, ou ainda, “nós, interactantes, compartilhamos desta tristeza”. O segundo processo, então, sombreia o sujeito responsável pelo ponto de vista, manipulando a perspectivação. Ao fazê-lo, cria a pressuposição de que a opinião apresentada é compartilhada por todos. Portanto, em (9), a informação pressuposta é de que:

- (9a) Nós (interactantes) lamentamos que o desfecho para mais esta aventura militar ensandecida tenha se tornado imprevisível diante dos últimos acontecimentos.
- (9b) É fato que o desfecho para mais esta aventura militar ensandecida tornou-se imprevisível diante dos últimos acontecimentos.
- (9c) Esta não é a primeira nem a única aventura militar ensandecida (“mais esta”).

Tal como Grundy e Jiang (2001), pensamos que tais pressuposições flutuam em espaços mentais e formam o pano de fundo. Elas permanecem semi-ativas para serem recuperadas a qualquer momento, pelos processos inferenciais. É através do ato de inferência que a construção do sentido irá emergir. Emoldurados por uma realidade cognitivamente construída pelo sujeito que age na cena comunicativa, estes pressupostos permanecem verdadeiros até que outro espaço mental, com novos modelos cognitivos, seja ativado e modifique, ou invalide, o espaço mental anterior (cf. Fauconnier, 1994). Em (9), temos um exemplo de como os epistêmicos (“lamentar”) ativam espaços mentais, já que semanticamente são usados para expressar um modo de pensar.

¹³ O termo SOMBREAR é tomado emprestado de Salles Cunha, L. D. A. (2004).

O sub-item 2.3.3 revisa estudos sobre a relação entre os espaços mentais e as orações subordinadas, ilustrando como pretendemos analisar o corpus para responder à pergunta de pesquisa: qual o papel das orações subordinadas substantivas em um corpus de editoriais e atingir nosso objetivo geral de demonstrar academicamente o saber leigo intuído de que os editoriais fazem mais do que emitir uma opinião.

2.4.3 As orações subordinadas e os espaços mentais

Para discutir o papel das orações subordinadas substantivas na construção do discurso de editoriais jornalísticos, buscamos o viés teórico da teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1994, 1997) como princípio norteador de análise.

Este tipo de abordagem, que procura explicar fenômenos psico-pragmáticos, através da correlação entre gramática e princípios sócio-cognitivistas, já foi adotado em outros estudos de natureza semelhante ao nosso. No entanto, nenhum deles tratou ainda do papel psico-pragmático das orações subordinadas substantivas no discurso de editoriais seguindo uma metodologia de pesquisa de corpus.

Ferrari (1999), por exemplo, analisa as construções condicionais em português do Brasil e sua função cognitiva de criar espaços mentais, com ênfase nos mecanismos de “sinalização da postura epistêmica e do ponto de vista do falante com relação aos espaços criados” (Ferrari, 1999: 116). Em sua análise, utiliza como dados construções condicionais extraídas de cinco minutos de transcrição da interação entre professores integrantes do Projeto Pró-leitura na Escola Fernando Lobo, em Juiz de Fora. Ela aponta para processos cognitivos de mesclagem (Fauconnier, 1997 e Turner, 1996) e relaciona os resultados destes processos a estratégias interacionais conversacionais, afirmando que “em termos de espaços mentais, pode-se presumir que, ao completar a apódose de uma condicional, o participante da interação está automaticamente sinalizando a aceitação do espaço mental condicional anteriormente introduzido por outro participante como relevante para a conversação em curso” (Ferrari, 1999: 122).

Para validar sua asserção, a autora apresenta o seguinte exemplo retirado de Lerner (1996: 243): “Sparky: And if you and Cheryl go together / David: you

don't have enough". Segundo ela, este exemplo corrobora sua visão de que os participantes da interação completam a apódose de uma condicional quando aceitam os espaços mentais introduzidos por outro participante. Para defender sua hipótese, ela lança mão da teoria dos espaços mentais proposta por Fauconnier (1994, 1997) e de abordagens interacionais (como Goodwin, 1981, Sacks, 1992 e Ochs, Schegloff e Thompson, 1996). Segundo a autora, as construções condicionais criam espaços mentais limitados, restritos à dada situação condicional construída localmente, onde as outras estruturas locais permanecem as mesmas (tais como hora, local, outros participantes). Citando Sweetser (1990, 1996), aponta para três tipos de construções condicionais que criam espaços mentais: condicionais de conteúdo (modelos de situações do mundo real), condicionais epistêmicas (modelos de processos de raciocínio) e condicionais pragmáticas (modelos de atos de fala).

No que tange a teoria dos espaços mentais, a hipótese de Ferrari (1999) é de que **todas** as construções condicionais são introdutoras de espaços mentais, sendo que “as condicionais factuais encabeçadas pela conjunção ‘se’” são tratadas como caso especial, em que “a escolha entre o presente do indicativo e o futuro do subjuntivo na prótase indica diferentes processos de mesclagem de perspectivas” (Ferrari, 1999: 123). As escolhas por tempos verbais diferentes, nas prótases, inserem ou neutralizam o interlocutor na situação discursiva, marcando pragmaticamente seu posicionamento. Ou seja, a estrutura condicional é usada para marcar pragmaticamente a inserção do sujeito na situação discursiva. Por exemplo, ao usar o presente do indicativo (“Se ocê pega aqui é um ensaio...”), “o falante insere-se à cena descrita, marcando pragmaticamente a representação da situação quanto ao tópico discursivo” (Ferrari, 1999: 125). Ao usar o futuro do subjuntivo (“Se pegar um editorial que também é um texto argumentativo...”), “o falante marca neutralidade discursiva em relação ao editorial” (Ferrari, 1999: 125). Quanto às conjunções, a autora conclui que “a conjunção ‘se’ sinaliza a negociação para a introdução de espaços mentais condicionais, enquanto que o uso da conjunção ‘quando’ (operador de domínios) indica a reintrodução de espaços condicionais já negociados com êxito” (Ferrari, 1999: 127).

Seguindo a mesma vertente, Raposo Meireles (2003) também discute as condicionais contrafactuais no português do Brasil, com foco na variação modal-temporal e sua relação com a definição de aspectos cognitivos e interacionais.

Seus dados foram gravados em reuniões de professores do ensino fundamental de uma escola pública de Juiz de Fora, que fazem parte dos arquivos do projeto NUPEL (Núcleo de Pesquisa e Estudo da Linguagem). Tomando a hipótese geral que norteia o sócio-cognitivismo de que “as construções condicionais contrafactuais sinalizam processos de mesclagem, a autora discute as condicionais contrafactuais no Português do Brasil. Para demonstrar como isto ocorre, a autora apresenta o seguinte exemplo extraído de seu corpus de estudo:

“...se nós tivéssemos mantido aquele primeiro momento (+) nós teríamos chegado na moldura do texto (+)...”

O processo de mesclagem, presente nas construções condicionais, surge da projeção de estruturas entre domínios” (Raposo Meireles, 2003) e é usado pela autora para demonstrar a contrafactualidade e a desanalogia das orações exemplificadas. Além disso, ela sugere, citando Fauconnier e Turner (2002), que “a combinação de tempos, modos verbais e referência temporal pode sugerir ou forçar a contrafactualidade”, e que a escolha feita pelo interlocutor por determinada referência revela seu posicionamento epistêmico diante da situação discursiva. Ou seja, podemos pensar que as escolhas sintáticas feitas pelos interlocutores do discurso são um reflexo da perspectivação no discurso.

Da mesma forma, Salomão (1999) estuda “as condições de geração das formas e significações” através de uma abordagem cognitiva da gramática com base em estudo de corpus. Baseando-se em Fauconnier (1994), ela afirma que, entre outras coisas, a linguagem tem como função (1) “introduzir espaços mentais, através de SPs, SADVs, conjunções, predicadores preposicionais” e (2) “definir, através de clivagens, predicadores factivos, marcadores aspectuais, descrições definidas, que elementos de informação se propagam como pressuposições dos espaços-filhos até o EM Base” (Salomão, 1999: 42-43). Quanto à primeira função, cabe no escopo de nosso trabalho mencionarmos o exemplo apresentado pela autora que se refere às conjunções como introdutoras de espaços mentais: “Antonio Carlos achava que o presidente era um homem justo”. Neste exemplo, “que” é um introdutor de espaços mentais. Quanto à segunda função, nos interessa pensar nas formas clivadas e nos predicadores factivos como elementos lingüísticos que permitem o trânsito de pressuposições através de EMs distintos.

Por exemplo, em (5) há a forma clivada “É chocante o argumento de que”. Nesta forma clivada transitam as seguintes pressuposições pelos espaços mentais:

- (5a) Nós (interactantes) consideramos chocante o argumento...
- (5b) Este ponto de vista de que é chocante é um FATO.
- (5c) Há um “argumento” para a guerra, e não uma razão. Argumentos nem sempre são verdadeiros, logo, este argumento pode ser falso.

Este tipo de estrutura nos interessa porque parece alinhar pragmaticamente os interlocutores de forma implícita, contribuindo para dar a impressão de que a crença é compartilhada, como se fosse “verdade” de fato. Trata-se de um efeito semântico.

Outro estudo que analisa introdutores de espaços mentais é Chiavegatto (1998). Especificamente, ela analisa relatos de opinião no português do Brasil buscando descrever a função dos introdutores de espaços mentais na co-construção de textos argumentativos. Sua pesquisa encontra-se inserida no Projeto Integrado Espaços Mentais e a gramaticalização das representações espaço-temporais no português do Brasil e, tal qual a nossa, também é baseada em corpus. No entanto, seu objetivo é “mostrar a poderosa capacidade que a introdução destas construções [formas lingüísticas introdutoras de EM] tem para guiar os escritores/leitores para a interpretação de significados embutidos, especialmente os de natureza pragmática e cognitiva, nas construções gramaticais” (Chiavegatto, 1998: 2). Tomando Fauconnier (1994) como norte, a autora aponta as seguintes formas que funcionam como introdutores de espaços mentais: “expressões adverbiais de lugar e tempo, combinações sujeito + verbo que expressam proposições, crenças, desejos ou expectativas, alguns conectivos subordinantes ou formas modo-temporais que servem à expressão de condições, hipóteses ou comparações e, ao mesmo tempo, funcionam como elos (links) na construção da coesão e da coerência discursiva” (Chiavegatto, 1998: 4). Estas formas lingüísticas integram o nível gramatical ao pragmático, conduzindo a construção do sentido através de diferentes espaços de referência. A questão das “verdades” no discurso é tratada pela autora como construções que somente vigoram a partir da perspectiva particular dos sujeitos nos espaços mentais em que foram instauradas. Segundo ela, ainda, os espaços mentais funcionam como

espaços de referenciação que remetem a mundos hipotéticos, ficcionais, pictóricos ou outros mundos construídos e neles **projetados** (cf. arcabouço teórico, pág. 15).

Esta perspectiva é similar às de Raposo Meireles, Salomão, Ferrari e Fauconnier, que concordam que é a linguagem, como pista, que aciona este processo cognitivo infinitamente criativo. Ao analisar os relatos de opinião, Chiavegatto (1998) afirma que uma sucessão de espaços mentais é desencadeada pelo introdutor “acho que”. Segundo ela, “são sub-espaços que se conectam ao espaço matriz aberto (o da opinião) através de um elo semântico (a semântica do verbo achar) e outro sintático – a relação de subordinação que o sintagma do verbo “achar” faz emergir: a informação pragmática de que os complementos do verbo ‘achar’ são argumentos que visam a expressar a opinião instaurada no espaço matriz não é verbalizada, mas decorre da interpretação que o introdutor espacial ativa” (Chiavegatto, 1998: 16). Adotando esta perspectiva, acreditamos que a subordinação constitui-se em um mecanismo sintático de **projeção** do nível cognitivo no discurso, atuando como estrutura maleável subjacente à linguagem no processo de gerenciamento de espaços de referenciação.

Os estudos revisados possuem pontos importantes em comum entre si e com nosso estudo: inserem o interlocutor como participante cognitivamente atuante no processo de construção de sentido; apontam para a questão da perspectivação, onde as escolhas lingüísticas são pragmaticamente marcadas; realizam pesquisa de corpus e buscam responder suas perguntas de pesquisa à luz do sócio-cognitivismo, em especial, da teoria dos espaços mentais de Fauconnier (1985, 1994, 1997) e do conceito de mesclagem.

Todos estes trabalhos contribuem para o desenvolvimento do presente estudo, já que abrem caminho para o tipo de pesquisa aqui empreendida e apontam para as correlações entre a gramática, os processos cognitivos de gerenciamento de domínios de referenciação, o contexto, a pragmática e o discurso. No entanto, estes trabalhos não estudam especificamente as subordinadas substantivas nem abordam um corpus de editoriais.

Esta é a tarefa que nos propomos a empreender com base em análises de mesma natureza. Nossa hipótese é que as orações subordinadas substantivas norteiam o discurso dos editoriais jornalísticos, contribuindo de forma regular para a elaboração da retórica argumentativa através do deslocamento da opinião do produtor do discurso para o plano de fundo, permitindo assim que as

subordinadas substantivas se configurem como espaços mescla onde as opiniões se “travestem” como fatos.

O capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada em nossa investigação, detalhando as etapas do processo de pesquisa.